

## **(1) NOVAS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO NA CIDADE**

**Ana Lúcia Virtudes,**

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Universidade da Beira Interior, Edifício II das Engenharias, Calçada Fonte do Lameiro 6201-001 Covilhã, tel.: +351 962360882, e-mail: virtudes@ubi.pt

### 1. Resumo da comunicação:

(2) Este artigo é sobre alguns aspectos relativos à intervenção na cidade através de novas perspectivas de análise do desenho urbano, cuja acção se deverá repercutir na identidade dos locais e no modo como os elementos morfológicos do tecido edificado e da estrutura urbana não edificada, permitem a ocorrência de uma variedade de acontecimentos e actividades na cidade.

Enquadra-se no contexto ideológico da Urbanística Moderna na Europa, pós Iluminismo e pós Revolução Industrial, cujo sentido cultural se diferenciou da praxis de séculos anteriores, por incluir as interpretações política, económica, sócio-cultural, jurídica ou ambiental, no entendimento da cidade e dos seus problemas, perante os quais a tradicional e exclusiva componente arquitectónica, já não dava resposta eficaz.

O desenho urbano deve definir aspectos como a distribuição das actividades económicas, as tipologias do edificado, os materiais de construção, o balanço entre o espaço edificado e o não edificado, o público e o privado, os locais de estacionamento, a vegetação ou os espaços colectivos.

Pelo que, as novas perspectivas de intervenção devem entender a cidade não como o domínio do ser humano sobre a natureza ou a acção humana contra a natureza (Le Corbusier, Urbanismo, São Paulo, Martins Fontes, 2000) mas como a acção humana com a natureza, entender a cidade dos recursos naturais escassos, não renováveis e dificilmente substituíveis, a cidade não apenas das infra-estruturas mas também dos equipamentos, das bibliotecas, dos parques e jardins, cujo objectivo ao nível da fruição pelos cidadãos residentes e utentes, é provocar nos indivíduos percepções de bem estar como a tranquilidade, a luminosidade, a sensação de ar puro, a frescura da água a correr, o conforto da circulação pedonal ou a mobilidade para todos.

### 2. Problemática:

(3) A cidade tem vindo a ser palco de alguns conflitos ao nível da sua fruição pelos cidadãos, resultantes do modo como os agentes públicos e privados que nela intervêm, têm vindo a influenciar a evolução dos processos urbanísticos com a finalidade de satisfazerem os seus interesses, nem sempre coincidentes com as necessidades dos cidadãos que aí residem, exercem a sua actividade profissional, passeiam ou satisfazem as suas necessidades de consumidores.

A relevância desta problemática, manifesta-se no facto de estes agentes, ao intervirem ao nível das condições projectuais dos espaços edificados e dos espaços não edificados, influenciarem a morfologia urbana da cidade,

### 3. Introdução

e dos seus elementos morfológicos, interferindo nomeadamente:

- Na organização do tecido edificado dos quarteirões
- Nos acessos viários e pedonais
- Nos espaços exteriores urbanos ou,
- Nos espaços urbanos de utilização colectiva.

Consequentemente, as cidades e de modo especial os espaços consolidados, os centros históricos, deixam de dar resposta às necessidades dos cidadãos residentes e utentes, promovendo a criação de áreas de expansão urbana, através de novas edificações e urbanizações, que extravasam os limites da cidade a coberto de licenciamentos avulsos de operações de loteamento urbano e de obras particulares, promovidas essencialmente pela iniciativa privada, sem qualquer preocupação relativa ao conjunto urbano como um todo ou à integração na envolvente;

Em resultado destas práticas, estes locais da cidade vão-se tornando mais susceptíveis à proliferação de edifícios devolutos e ao acelerar do inevitável processo de degradação conducente à ruína, com dificuldades em fixar a população residente quer pela incapacidade de atrair novas famílias quer pela deslocação dos antigos moradores para os novos bairros periféricos, com a diminuição da animação urbana que advém da escassez de incentivos à diversidade funcional que privilegiem as actividades terciárias designadamente o comércio a retalho, a par da habitação, com consequências negativas ao nível da segurança e da imagem urbana, ou seja da percepção que os cidadãos têm da sua cidade.

No que diz respeito à revitalização dos centros históricos é necessário ultrapassar a síndrome da valorização e da salvaguarda e captar investimentos que lhes devolvam a vida.

### 4. Diagnóstico:

(4) Por outro lado o cenário nacional revela que a orla costeira portuguesa, numa faixa de aproximadamente 50,00 km, concentra cerca de 80% da população total do país. De acordo com um relatório recente da União Europeia as pessoas estão de regresso à cidade.

Em Portugal, existem cerca de 5 milhões de fogos, de acordo com os últimos censos de 2001, aproximadamente o dobro do número existente há 30 anos. Este crescimento não é naturalmente alheio ao aumento do número de famílias por um lado, em consequência de factores como a redução do agregado familiar, cuja média nacional se cifra nas 2,8 pessoas segundo os mesmos dados de 2001.

Por outro lado e de acordo com a mesma fonte existem cerca de 3,6 milhões de famílias, muito menos do que o número de fogos.

Tendo em consideração situações como a segunda habitação, ainda assim muitos destes fogos estão devolutos, como noticiava há uns tempos a primeira pagina do jornal “Público” que dava conta de que em 2005, 110 mil casas tinham ficado por vender, 70% das quais usadas, que como é sabido se localizam essencialmente nos espaços urbanos consolidados.

Lembra-me uma frase da Itália do pós guerra “Nem todos proletários mas todos proprietário”.

Os resultados desta prática há muito que estão diagnosticados, a cidade desfragmentada que cresce à mercê dos licenciamentos avulsos, a dispersão da urbanização no interior dos perímetros urbanos, as lacunas na continuidade urbana, os vazios urbanos, o desperdício de meios e recursos em obras de urbanização sobredimensionadas, os perímetros urbanos delimitados nos PDM suficientes para 40 milhões de habitantes, 10 dos quais na margem direita do Douro, capazes de contrariar a teoria da “mão invisível” de Adam Smith, sem aplicabilidade nesta matéria pois sem a consequente descida dos preços nos mercados fundiário e imobiliário em face da elevada oferta.

Poder-se-á referir que em Portugal a generalidade dos cidadãos são urbanos, ainda que residindo à ilharga da cidade, ou fora dela, exercem nela a sua actividade profissional nos sectores secundário ou terciário, dependendo cada vez mais do automóvel para as suas deslocações. Contudo, os tipos de uso do solo dominantes estabelecidos na lei, repartem-se em duas classes de espaço, urbano e rural, numa divisão algo imaginária entre cidade e não cidade, desadequada, alheia ao estilo de vida urbano generalizado de quem vivendo dentro ou fora da urbe, num território difícil de distinguir, dela depende no seu dia-a-dia. Como refere a propósito o Prof. Jorge de Carvalho “a cidade está em todo o lado, anda por aí”.

##### 5. Objectivos das novas perspectivas de intervenção na cidade

(5) A metodologia que se sugere para as novas perspectivas de intervenção na cidade, deverá ter como 1ª etapa a sistematização de uma matriz de princípios teóricos, que autores como Kevin Lynch, Gordon Cullen, Aldo Rossi ou José Lamas consideram fulcrais, na construção da imagem urbana. As axialidades, os contrastes ou a consciência de movimento são identificados, como factores que qualificam a malha urbana. Destacam-se a título de exemplo desta matriz de princípios teóricos do desenho urbano:

- O alcance visual segundo o qual as perspectivas urbanas panorâmicas, desencadeiam no observador, percepções de maior profundidade;
- O relevo, cujo desnível acentuado desencadeia no sentido descendente do percurso a sensação de desconhecido e no ascendente a do que se conhece;
- O aqui e o além, responsáveis por “...grande parte da expressividade urbana” Gordon Cullen “Paisagem urbana”, Lisboa, Edições 70, 1971, pp.184.

Aspectos como o sistema de vistas, o remate dos quarteirões, a organização da estrutura fundiária, o traçado dos arruamentos viários ou pedonais e os espaços urbanos com coberto vegetal, constituem as directrizes da matriz de princípios teóricos.

Na 2ª fase dever-se-ão analisar factores como a acessibilidade, a funcionalidade, as tipologias do edificado, as vivências do sítio e a disposição dos elementos morfológicos preexistentes, explicitados em acontecimentos e actividades concretas, que ocorrem na cidade e o modo como se articulam entre si, determinante na percepção da realidade e na fruição dos espaços urbanos.

Num 3º momento é necessário identificar nos instrumentos de gestão territorial em vigor as disposições regulamentares aplicáveis ao local em análise, designadamente as que emanam do PDM e com as quais as propostas de intervenção na cidade se devem conformar, bem como as demais exigências urbanísticas, como as que provêm do RGEU, nomeadamente as relativas à salubridade do edificado.

#### 6. Papel dos elementos morfológicos nas novas perspectivas de intervenção na cidade

Os elementos morfológicos podem desempenhar os seguintes papéis na cidade:

- O bairro, estrutura e garante a continuidade da malha urbana, mesmo quando construído em diferentes momentos e por diferentes agentes
- O quarteirão desempenha o papel de unidade da intervenção, sendo utilizado para estruturar os bairros;
- (6) Os espaços exteriores urbanos como é o caso das praças, desempenham a função de locais privilegiados de estadia e convívio entre cidadãos e de desafogo na densa malha urbana. São locais públicos, emblemáticos de permanência e convivência social, decisivos na imagem da cidade, qual cartão de visita que incita aos percursos pedonais e à presença de actividades culturais.
- No caso das praças, são distintas dos largos resultantes do alargamento ou da confluência accidental dos traçados, são o palco público por excelência, criadas com intencionalidade estética, favoráveis ao encontro, à estadia e ao lazer, onde se pode simplesmente estar, onde se recriam hábitos antigos de vivências colectivas e onde se acolhem as mais diversas manifestações da sociabilidade urbana.

Poder-se-á referir que a intervenção no espaço público é o motor da reabilitação urbana da cidade. Se avança o espaço público, avança o resto por acréscimo. As acções de acessibilidade e de requalificação urbana desencadeiam outros investimentos na cidade.

- (7) Os elementos marcantes como os monumentos, associam-se ao valor simbólico e à identidade estética das comunidades locais, ajudam a criar uma imagem aprazível e reforçam o sentido de orientação dos cidadãos. Intervir na cidade com elementos marcantes, como

objectos de expressão artística, intensifica no indivíduo a capacidade para se apropriar e identificar com os locais, constituindo um forte elo emocional entre o cidadão e a cidade.

- (8) Os acessos viários e pedonais, designadamente a rua, assumem um papel estruturante e clarificador da forma urbana.

O apelo de Gordon Cullen para o “estar aqui” e o “estar além”, o “estar dentro” e o “estar fora” são sensações que se recriam nos percursos, cuja surpresa causada pela sinuosidade e irregularidade no alinhamento das fachadas, previne a monotonia e desperta no transeunte a vontade de os descobrir a cada saliência ou reentrância do espaço edificado.

Por outro lado a simplicidade dos traçados clarifica a leitura e a legibilidade da cidade e a facilidade com que o indivíduo reconhece e organiza coerentemente no seu sistema de valores, os elementos morfológicos que a compõem.

- (9) Os elementos com coberto vegetal, como os parques, jardins ou a colocação de árvores ao longo dos passeios, contribuem para a amenidade da cidade, pelo conforto que proporcionam e pela sombra que conferem.

Podem também ser utilizados no preenchimento de alguns espaços menos animados, tornando-os locais de estadia mais coloridos.

A presença da componente ambiental na cidade, transfere para as áreas verdes acrescidas responsabilidades na manutenção da qualidade dos espaços exteriores urbanos.

Segundo Gordon Cullen “a arte de combinar edifício e árvore baseia-se numa relação em que a árvore cede a sua riqueza ao edifício” Gordon Cullen “Paisagem urbana”, Lisboa, Edições 70, 1971, pp.170.

As questões ambientais da cidade estão inseridas no espaço público, veja-se o caso da presença de árvores ao longo dos arruamentos e o seu contributo para atenuar percepções negativas no observador, de alinhamentos de fachadas esteticamente pouco qualificadas. Como nos refere José Lamas “Uma rua sem as suas árvores mudaria completamente de forma e de imagem” José Lamas, “Morfologia urbana e desenho da cidade”, Lisboa, FCG, 1993, pp.106.

## 7. Comentário final

(10) Estas novas perspectivas de intervenção na cidade de que vos falei, têm como finalidade promover a conexão urbana através de novas acções que colmatem e preencham os espaços vazios urbanos que proliferam no interior do perímetro urbano.

Pelo que o recurso à elaboração de Planos de Pormenor como mecanismo de concretizar este objectivo, deve ser uma decisão que resulte de pressões urbanísticas fortes e concretas, quando há certezas.

Termino com uma frase de Nuno Portas “antes de ser desenho a forma urbana é desígnio”, 2005 (in “Os tempos das formas, vol.I: a cidade feita e refeita”, pp.31).

## Bibliografia de referência

- (1) Choay, Françoise (1965) “O urbanismo, utopias e realidades”, (3ª edição 1992), Editora Perspectiva, S. Paulo.
- (2) Cullen, Gordon (1971) “Paisagem urbana”, Edições 70, Lisboa.
- (3) Lamas, José (1993) “Morfologia urbana e desenho da cidade”, FCG, Lisboa.
- (4) Lôbo, Margarida (1995) “Planos de urbanização a época de Duarte Pacheco” FAUP, Porto.
- (5) Lynch, Kevin (1960) “A imagem da cidade”, Edições 70, Lisboa.
- (6) Pardal, Sidónio (1998) “Normas urbanísticas vol.II” (2ª edição), DGOTDU/UTL, Lisboa.
- (7) Rossi, Aldo (2001) “A arquitectura da cidade”, Edições Cosmos, Lisboa.
- (8) Virtudes, Ana (2004) “Planos de pormenor para a cidade da Covilhã”, – in Plan\_Planeamento n.º2, pp. 38-45, Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território, Aveiro.
- (9) Virtudes, Ana (2005) “Propostas de reabilitação urbana: bairro de S. Vicente de Paulo na Covilhã”, in Urbanismo n.º21, pp. 8-14, Revista Associação dos Urbanistas Portugueses.